

Outubro / 2019

INTERNACIONAL

EUROPA

O banco central europeu (BCE, na sigla em inglês) decidiu manter sua política monetária inalterada no encerramento da à última reunião sob o comando do italiano Mario Draghi, que será sucedido na presidência da instituição por Christine Lagarde em 1º de novembro. Como já era previsto, o BCE manteve a taxa de refinanciamento em 0% e a de depósito em -0,50%, bem como confirmou que retomará seu programa de relaxamento quantitativo (QE, na sigla em inglês), através do qual comprará 20 bilhões de euros em ativos mensalmente a partir de 1º novembro. No comunicado pós-reunião, a instituição indicou que os juros continuarão em patamar baixo pelo tempo necessário para que a inflação convirja para o centro da meta estabelecida, de algo próximo a 2% ao ano, bem como o QE será mantido sem prazo estabelecido.

Em relação à inflação, a agência Eurostat divulgou que os preços nos 19 países da zona do euro recuaram de 0,2% em setembro para 0,1% em outubro. Na comparação com outubro de 2018, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) teve alta de 0,7%. O baixo nível da inflação na região permanece sendo o maior dos problemas para BCE, apesar dos juros negativos e de anos de estímulos não convencionais, como a compra de ativos.

Conforme informou a agência IHS Markit, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto da zona do euro, que engloba os setores industrial e de serviços, subiu de 50,1 em setembro para 50,6 em outubro, mostrando que a atividade no bloco se expandiu em ritmo um pouco mais forte no último mês após ficar próximo da estagnação. Apenas o PMI de serviços da zona do euro aumentou de 51,6 em para 52,2 em outubro. Leituras acima de 50 pontos sugerem expansão da atividade, enquanto valores menores apontam contração.

Quanto ao mercado de trabalho, conforme a agência Eurostat, a taxa de desemprego na zona do euro ficou em 7,5% em setembro, ante resultado revisado de agosto também de 7,5% recuou em agosto a 7,4%, registrando em 12,3 milhões o número de pessoas sem trabalho.

EUA

Destaque para a reunião do Comitê de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) do Federal Reserve (FED, na sigla em inglês), que decidiu reduzir a taxa básica de juros norte-americana em 0,25 pontos base, para o intervalo de 1,50% a 1,75%, a terceira queda do ano. Mesmo que o corte já estivesse precificado pelo mercado, o temor era de que houvesse uma mudança de direção depois da divulgação de indicadores do setor de trabalho e de atividade dos EUA. Após a decisão, o presidente do FED, Jerome Powell, declarou que novos cortes no juro são improváveis enquanto as condições de inflação, emprego e atividade permanecerem nos patamares atuais.

Conforme divulgado pelo escritório oficial de estatísticas, o PIB norte-americano cresceu a uma taxa anualizada de 1,9% no terceiro trimestre, uma leve desaceleração em relação ao trimestre anterior, quando o PIB expandiu 2,0%, porém acima das previsões levantadas pela agência Reuters, de 1,6%. O número foi puxado pelos gastos dos consumidores e um aumento nas exportações.

Conforme informou o Departamento de Trabalho, relatório de empregos não agrícolas (payroll, na sigla em inglês) mostrou uma criação de 128 mil postos de trabalho em outubro, bem acima da mediana das projeções levantadas pela agência Broadcast, de 75 mil postos. A taxa de desemprego ficou estável em 3,6%.

A inflação medida pelo índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) recuou frente aos dois primeiros trimestres do ano e registrou taxa anualizada de 1,6% no terceiro trimestre, ante expectativa de ficar em 1,9% de alta. Já o núcleo do PCE, dado que é acompanhado mais de perto pelo FED, aumentou 2,2%, ante projeção de aumentar 2,1%.

ÁSIA

O PMI do setor industrial da china, medido pela IHS Markit/Caixin, subiu de 51,4 em setembro para 51,7 em outubro, maior leitura registrada desde fevereiro de 2017. As exportações tiveram a maior aceleração desde o início da guerra comercial sino-americana.

O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) chinês subiu 3,8% em outubro em relação a igual mês do ano passado, comparado com um aumento de 3,0% em setembro, conforme divulgou o Escritório Nacional de Estatísticas (NBS). O índice disparou em outubro ao nível mais alto em mais de sete anos, aquecido por uma elevação contínua dos preços de carne de porco, que saltou 101,3% anualizado em outubro.

O comitê de política monetária do Banco Central do Japão (BoJ, na sigla em inglês) decidiu pela manutenção da política monetária expansionista, mantendo a taxa de juros inalterada, em -0,1% no curto prazo e em zero para o rendimento do título de 10 anos. Após a reunião, o presidente do BoJ, Haruhiko Kuroda, disse que ainda há espaço para mais redução a fim de evitar que as incertezas globais prejudiquem a economia local. Já o produto interno bruto (PIB) local se expandiu a um ritmo anualizado de 0,2% entre julho e setembro, registrando o quarto trimestre consecutivo de crescimento.

Também no Japão, foi divulgado que a inflação ao consumidor registrou mais um mês de desaceleração, caindo em setembro para mínimas em quase dois anos e meio. O índice subiu 0,3% em setembro sobre o ano anterior, mostraram dados do governo, igualando a expectativa e desacelerando ante avanço de 0,5% em agosto depois de subir 0,6% em julho.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 1,67% ao ano no final de agosto, subiram cerca de 10 pontos base no mês de outubro para o nível em torno de 1,77% ao ano, enquanto o rendimento dos títulos do Tesouro de 30 anos subiu para 2,25% ao ano, um aumento de 1,3 pontos base em relação ao fechamento de setembro, enquanto o rendimento dos títulos do governo japonês em 30 anos passou para 0,39% ao ano, um aumento de 0,025 pontos base.

Já as bolsas internacionais, em geral, mantiveram o movimento de valorização nos preços. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 3,53%, a inglesa (FTSE 100) recuou -2,16% por conta das incertezas em relação ao Brexit, a do Japão (Nikkei 225) registrou alta de 5,38% e a americana (S&P 500) valorizou 2,04%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent registrou uma queda de -0,90% no mês, a US\$ 60,78 o barril, enquanto o WTI avançou menos de 0,20%, cotado aos US\$ 54,18.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Em setembro de 2019, a produção industrial variou 0,3% frente a agosto (série com ajuste sazonal). Essa foi a segunda taxa positiva seguida, com acúmulo de 1,5% nesse período. Na comparação com setembro de 2018 (série sem ajuste sazonal), houve alta de 1,1%, interrompendo, assim, três meses de resultados negativos consecutivos: junho (-5,9%), julho (-2,5%) e agosto (-2,1%).

Já o setor de serviços recuou em outubro, segundo dados do Markit Economics. O PMI de serviços brasileiro foi a 51,2 em outubro, de 51,8 em setembro. O setor mostrou crescimento da produção pelo quarto mês seguido, já que números acima de 50 indicam crescimento, mas o ritmo foi o mais lento nesse período.

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,8% no trimestre encerrado em setembro, atingindo 12,5 milhões de pessoas, segundo dados divulgados pelo IBGE. A taxa é a mesma registrada nos três meses terminados em agosto. Já o número de desempregados recuou em 100 mil na comparação com o mês anterior: em agosto, eram 12,6 milhões de trabalhadores brasileiros desempregados.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou um déficit de R\$ 13,448 bilhões em agosto. No acumulado de janeiro a agosto, o déficit do setor público consolidado foi a R\$ 21,950 bilhões, queda de 36,7% sobre um ano antes. Em 12 meses, o rombo chegou a R\$ 95,508 bilhões, equivalente a 1,36% do PIB.

A dívida bruta geral do setor público, que contabiliza os passivos dos governos federal, estaduais, municipais e do INSS, subiu em agosto 0,8 ponto percentual, passando de R\$ 5,618 trilhões, o equivalente a 79% do PIB.

INFLAÇÃO

O IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apresentou em outubro variação de 0,10%, enquanto em setembro havia registrado -0,04%. Este é o menor resultado para um mês de outubro desde 1998, quando o IPCA ficou em 0,02%. No acumulado do ano, o índice acumula 2,60% e, na ótica dos últimos doze meses, o índice ficou em 2,54%, bem abaixo do centro da meta do Bacen, que é de 4,25%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, três apresentaram deflação de setembro para outubro, com destaque para Habitação (-0,61%), grupo responsável pela maior contribuição negativa no IPCA do mês, com -0,10 ponto percentual.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação da cesta de consumo de famílias com renda até cinco salários mínimos e chefiadas por assalariados, registrou inflação de 0,04% em outubro, após recuar -0,05% em setembro. Como resultado, o índice acumulou uma elevação de 2,67% no ano de 2019, além de avanço de 2,55% em 12 meses.

JUROS

O Comitê de Política Monetária – COPOM – do BACEN decidiu por nova redução do juro doméstico para 5,0% ante os 5,5% então vigentes, em meio a um quadro de fraqueza na economia e baixa inflação. Foi a 3ª reunião seguida de corte, com a taxa chegando ao menor nível da história. A decisão era amplamente esperada pelo mercado, que já precificava sua magnitude nas transações com contratos de DI futuros. No comunicado pós-reunião, o COPOM indicou que deverá fazer um novo corte na próxima reunião, marcada para 11 de dezembro, reduzindo a Selic para 4,5% ao ano.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

O dólar comercial encerrou o mês de setembro cotado a R\$ 4,009 na venda, com uma queda de 3,52% no mês, a maior desde janeiro, na medida em que as tensões geopolíticas e tarifárias se acalmavam.

Em setembro, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 3,487 bilhões em termos nominais, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 37,4 bilhões, equivalente a 2,5% do PIB. Apesar do aumento do déficit em transações correntes, conta que engloba também o comércio de serviços e os fluxos de juros e lucros, os investimentos diretos no país (IDP), de US\$ 6,306 bilhões, foram mais do que suficientes para financiar o saldo negativo.

Conforme o Ministério da Economia, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,206 bilhões em setembro, pior saldo para o mês desde 2014, resultado da queda nos preços internacionais de vários produtos, a crise econômica na Argentina e a menor demanda por soja na China. No acumulado do ano, a balança comercial acumula superávit de US\$ 34,823 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de outubro acabou sendo o do IDkA IPCA 20 A, com alta de 5,77%, seguido do IMA-B 5+, com alta de 4,67%. Nos vértices mais curtos, o IRF-M 1 valorizou 0,62% enquanto o IDkA IPCA 2A rendeu 1,23%. O IMA-B Total, que contabiliza o retorno de todas as NTN-Bs, valorizou 3,36% no mês.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, o mês de outubro refletiu igualmente os movimentos das bolsas internacionais, de valorização dos ativos. A alta foi de 2,36%, acumulando no ano um avanço de 22,00% e em doze meses de 21,26%. O índice terminou o mês em 107.219 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

A pauta do mês de novembro permanece a mesma: as negociações entre EUA e China para um acordo comercial que atenda aos interesses de ambas as potências econômicas, o que não será fácil. Nos últimos dias ambos os lados tem declarado desejo de chegar a um acordo. A autoridade chinesa pretende novo encontro com os negociadores americanos, desta vez em solo chinês, para avançar as negociações para um desfecho em primeira fase.

Os indicadores de produção e consumo dos principais países tem mostrado preocupação quanto ao crescimento das suas economias. Conforme recentes projeções do fundo Monetário Internacional – FMI para a economia mundial houve uma revisão para o crescimento da economia global este ano de 3,2%, na estimativa de julho, para 3,0% em outubro, a taxa mais baixa de expansão desde 2009. Em relação a 2020, o FMI também reduziu levemente a previsão para a expansão do PIB global, de 3,5% para 3,4%.

Em um movimento coordenado que busca reativar o crescimento das suas economias, os bancos centrais dos principais países vêm reduzindo o juro e renovando seus pacotes de estímulos que incluem, em alguns casos, recompra de ativos.

MERCADO NACIONAL

O FMI revisou as projeções de crescimento para o Brasil e elevou a projeção do PIB em 2019, de 0,8% estimado em julho para 0,9% em outubro. Para 2020, no entanto, a previsão de crescimento passou de 2,4% para 2,0%. Recentes indicadores de produção e consumo tem indicado uma melhora na margem, apoiados em um cenário de inflação baixa, crescimento maior dos salários e melhora nas condições de liquidez que sustentarão o consumo privado, enquanto condições financeiras favoráveis, maior confiança na economia e reformas estruturais deverão estimular os investimentos. A autoridade monetária vem fazendo seu papel, com seguidas reduções no juro básico da economia, indicando que a taxa Selic deverá encerrar este ano em 4,75%.

Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor.

Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) recomendamos uma exposição de 10% (vide Nossa Visão de 01/07).

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs a alocação agora sugerida é de 10%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial.

Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS.

Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) *	10%
Gestão do Duration	25%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2)	25%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	10%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos de Participações**	2,5%
Fundos Imobiliários **	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	0%

* Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.

** Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição de 15% aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.